

# Palácio e estados tentam acordo sobre queimadas

Reunião de ministros com governadores busca pôr fim ao "jogo de empurra" para responsabilidade de conter incêndios

• JULIA PORTELA  
• MAYARA SOUTO  
• VICTOR CORREIA

Os governadores do Centro-Oeste e Norte participam, hoje, de uma reunião com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar sobre as queimadas que devastam uma boa parte dos biomas das duas regiões. Inicialmente, o encontro seria conduzido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que voltou atrás e participa de agenda com quilombolas no Maranhão. Nos bastidores, trata-se de uma manobra para preservá-lo, pois vem sendo alvo de críticas dos governadores — inclusive daqueles que são aliados do Palácio do Planalto — por não ter se antecipado à crise das queimadas. Concluíram presença na reunião com o ministro da Casa Civil os governadores de Pará, Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Tocantins, Roraima e Distrito Federal. A maior parte dos estados compõe a Amazônia Legal, onde mais ocorreram incêndios neste ano — foram mais de 133 mil focos até o momento.

Do governo, participarão também representantes dos ministérios da Justiça, Meio Ambiente, Integração e Desenvolvimento Regional, além da Secretaria de Relações Institucionais. O Palácio do Planalto trabalha com a certeza de que os governadores responsabilizarão a União pelo combate ao fogo nas áreas federais — que reúnem grande parte da mata atíngida. Um exemplo disso é o Parque Nacional, em Brasília, que teve mais de 1,4 hectare queimados, de um total de 42 mil hectares. A fumaça do incêndio mais uma vez cobriu a capital federal esta semana.

Além disso, os governadores deverão cobrar ajuda para destravar os maiores gargalos para o combate às queimadas. Isso envolverá acordos de cooperação e mais destinação de verba.

Da parte do governo, além da promessa de investimentos e da demonstração das iniciativas até agora realizadas — como o crédito extraordinário de R\$ 514 milhões para combater incêndios florestais, anunciado por Lula na terça-feira, na reunião com os representantes dos Três Poderes —, será cobrado que as unidades da Federação invistam mais em prevenção e aprovação (ou aprofundem) leis de preservação ambiental. Também deve ser proposto aos governadores um esforço conjunto para a reestruturação das defesas civis, a fim de dotá-las de maior tecnologia e



**Precisamos apresentar soluções viáveis, com diálogo entre os poderes. Mas temos, também, de resgatar as prerrogativas dos estados. Há uma total omissão do governo federal, sem nenhuma medida prática"**

**Governador Ronaldo Caiado, de Goiás, que tem sido uma das mais contundentes vozes sobre a atuação federal contra as queimadas**

recursos para o enfrentamento aos extremos climáticos.

## Correção de rumo

Há a possibilidade de haver uma correção de rumo no pacto assinado por Lula com os governadores, em junho, para combater os incêndios no Pantanal e na Amazônia. Como as queimadas não foram contidas, estuda-se alterar alguns termos para tornar esse acordo mais efetivo. O Palácio do Planalto, porém, não ouvirá calado às críticas com o intuito de politizar as queimadas. Para deixar claro que não há discriminação às unidades da Federação que não são aliadas, os representantes do governo federal guardam na manga dois argumentos: 1) o apoio recente a São Paulo na contensão dos incêndios florestais, quando destinou seis aeronaves e 400 militares; e o fato de que não existem "bombeiros federais", mas, sim, "bombeiros estaduais".

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que estará no encontro, promete ser uma das mais contundentes vozes na reunião de hoje. "Precisamos apresentar soluções viáveis, com diálogo entre os poderes. Mas temos, também, de resgatar as prerrogativas dos estados. Há uma total omissão do governo federal, sem nenhuma medida prática", acusou.

Além da reunião o Planalto, os governadores também se reuniram com o ministro Flávio Dino, do Superior Tribunal Federal (STF), que há poucos dias cobrou medidas do governo federal contra os incêndios e liberou que os recursos a serem empregados no combate às queimadas fiquem de fora do arcabouço fiscal.



Onda de focos de fogo tem levantado críticas de parte a parte: Planalto reclama de atuação insuficiente dos estados, que atacam pouca ajuda federal

## Ruído na comunicação entre Ibaneis e Lula

As queimadas no Distrito Federal causaram um ruído na comunicação entre Luiz Inácio Lula da Silva e Ibaneis Rocha sobre a quem cabe combater os focos de incêndio que devastam várias áreas pelo país. O Palácio do Planalto, porém, negou a suposta reclamação do presidente, que teria sido externada na reunião na segunda-feira, no Palácio do Planalto, sobre a atuação dos bombeiros no combate às queimadas do Parque Nacional. Ao saber do desmentido de Lula, o governador retirou as críticas que fizera.

Mas, enquanto Ibaneis não teve conhecimento do desmentido do presidente, disse que o governo federal não deu o melhor tratamento em relação ao parque. O governador defendeu, também, a atuação dos bombeiros. "O presidente revela não só desconhecimento, como também insensibilidade diante do efetivo trabalho do Corpo de Bombeiros de Brasília, da Defesa Civil e de outros agentes envolvidos, que se dedicam diuturnamente a combater os focos de incêndios e são comprometidos com ações preventivas ao longo de todo o ano. Por esta razão, são instituições respeitadas e admiradas pela população", publicou Ibaneis numa rede social.

O governador foi além. Classificou o presidente como "morador transitório de Brasília" e disse que

ele deveria se preocupar em explicar a precariedade dos órgãos federais. "Desleixo, inclusive, com o Parque Nacional, que apesar de ser uma área federal, segue ignorada pelas autoridades federais, deixando o DF sozinho na empreitada de sua preservação", acrescentou.

Lula, porém, negou as críticas, mencionadas pelo site Poder360. "Inventaram uma fala minha e, agora, estão criando falsas polêmicas. Para deixar claro: só tenho gratidão e admiração pelo trabalho dos brigadistas, da Defesa Civil e dos bombeiros de todo o Brasil no combate aos incêndios. Precisamos dar a eles mais condições de trabalho", frisou o presidente em sua conta do Bluesky.

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência reforçou a publicação de Lula. "Desde o início dos incêndios, o presidente da República tem enaltecido a importância e bravura dos bombeiros, dos brigadistas e da Defesa Civil nos estados e municípios no intenso, arduo e difícil trabalho de combate ao fogo", salientou.

Ante o desmentido de Lula, Ibaneis se retratou em um evento no Palácio do Buriti. "Se o presidente não falou, peço desculpas pela minha resposta. Mas foi uma manobra, também, de agradecer ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal", explicou. (V)



Governador rebateu suposta crítica ao trabalho dos bombeiros do DF



Presidente negou ter reclamado da atuação das brigadas no Parque

## Cerrado: 135 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>

O desmatamento do Cerrado foi responsável pela emissão de mais de 135 milhões de toneladas de gás carbônico (CO<sub>2</sub>) entre janeiro de 2023 e julho de 2024. Esse volume corresponde a 1,5 vez as emissões anuais do setor industrial do Brasil. Em área, houve o desflorestamento de 1,4 milhão de hectares — 1,87 milhão de campos de futebol.

As informações foram divulgadas, ontem, pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), que desenvolveu o SAD Cerrado (Sistema de Alerta de Desmatamento do Cerrado). Conforme nota da instituição, as

savanas, que constituem 62% da vegetação remanescente do bioma, concentraram 65% do total de emissões associadas ao desmatamento do Cerrado desde o início de 2023. Essa vegetação foi a que mais concentrou emissões decorrentes do desmatamento — 88 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> no período analisado.

Este desmatamento, provavelmente, tem ocorrido em áreas particulares. Segundo o Ipam, "mais de 60% da vegetação remanescente do Cerrado está dentro de áreas privadas". E, pelo Código Florestal, "essas propriedades devem legalmente desmatar até 80% da vegetação nativa em seus terrenos".

"É um cenário sensível para a proteção do bioma, que expõe a lacuna de políticas de incentivo para evitar o desmatamento, ainda que legal. Demanda, também, mais fiscalização para averiguar o desmate ilegal", avalia Fernanda Ribeiro, pesquisadora do Ipam responsável pelo SAD Cerrado. Ela defende, por isso, políticas de incentivo para conservar, "enquanto o tempo", o que resta de vegetação nativa em áreas privadas para além do que exige o Código Florestal, "antes que essas 'ilhas de

Cerrado nativo sejam convertidas ou degradadas" — adverte, na nota.

O Ipam alerta que a maior parte das emissões decorrentes do desmatamento no Cerrado se concentram no Matopiba (região que inclui Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), considerada a nova fronteira agrícola do país. "Ao todo, 80% das emissões vieram da perda de vegetação na região, um total de 108 milhões de toneladas — o equivalente a 50% das emissões totais do setor de transportes, segundo dados da SEEG (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa)", diz o Ipam.

### » SBR repudia confisco de propriedades

A Sociedade Rural Brasileira criticou, em nota, o estudo de medidas pelo governo federal para confiscar propriedades rurais atingidas por incêndios florestais. A possibilidade vem sendo sinalizada pela ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. "É inadmissível a adoção de medidas que relativizam o direito de propriedade dos produtores rurais brasileiros que, diametralmente, tentam evitar e mitigar os prejuízos de incêndios criminosos. É essencial salientar que o confisco é um instrumento utilizado pela legislação criminal brasileira em casos de comprovado crime de redução à condição análoga à escravidão e ao crime de tráfico de drogas", reafirmou a SBR. A SBR afirmou que os produtores rurais são os "principais interessados" na responsabilização dos envolvidos em práticas criminosas, como os casos recentes dos incêndios registrados em São Paulo. A SBR defendeu, ainda, que haja um "rigoroso" processo de investigação e comprovação, antes da aplicação de qualquer sanção.